



**MUNICIPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2024 IN TC 68/2020

CONTAS DO PREFEITO

Relatório de Gestão do exercício de 2024 integrante da Prestação de Contas do Prefeito, apresentado ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, nos termos da Instrução Normativa TCEES nº 68/2020.

Guarapari/ES

Março/2025



**MUNICIPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

INTRODUÇÃO

O presente relatório compõe a prestação de contas da Prefeitura Municipal de Guarapari na gestão do Ex-Prefeito Sr. Edson Figueiredo Magalhães, relativo ao exercício financeiro de 2024 e está organizado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCEES nº 068, de 08 de dezembro de 2020, que regulamenta o envio de dados e informações, por meio de sistema informatizado, ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e dá outras providências.

Os valores e índices apresentados foram apurados nos demonstrativos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO e do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, relativos ao exercício de 2024, consolidados pela Secretaria Municipal da Fazenda e as informações relativas às ações da gestão foram repassadas pelos órgãos do Poder Executivo.

A Prefeitura Municipal de Guarapari nos termos do art. 74, da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 e da Instrução Normativa TC nº 68, de 8 de dezembro de 2020, apresenta a esse Colendo Tribunal de Contas o Relatório de Gestão do exercício de 2024 – Contas do Prefeito.

Mais que atender a um preceito legal, este relatório tem como objetivo demonstrar os principais aspectos da gestão econômico-financeira, com condições de oferecer uma visão da situação financeira do Município de Guarapari/ES, que de modo geral, reflete a ação administrativa do Governo Municipal, durante o exercício de 2024.

1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1 Da Lei do Orçamento e da Execução Orçamentária

A Lei Municipal nº 4937, publicada em 24 de janeiro de 2024, aprovou o orçamento do Município de Guarapari/ES, relativo ao exercício de 2024, onde a receita prevista e a despesa fixada foi de R\$ 599.964.120,32 admitindo a abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de R\$



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

299.982.060,16, conforme estabeleceu o artigo 42 da Lei nº 4840/2023, que dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2023:

Art. 42. Fica o Poder Executivo Legislativo, IPG, CODEG, UG PMG, SEMSA e UG SETAC, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares por decreto até o limite de 50% (cinquenta por cento) do orçamento global, em conformidade com a Lei nº 4.320/64.

1.1.1 Receita

A Receita Orçamentária Arrecadada foi de R\$ 676.357.342,47 provenientes de recursos próprios (tesouro) e demais vinculados. Desse valor, R\$ 596.054.817,43 são relativas as receitas correntes, R\$62.018.891,99 são relativas a receita de capital e R\$ 18.283.633,05 se refere a receita intraorçamentária. Para demonstrar a composição das receitas orçamentárias do exercício de 2024, elaborou-se a tabela abaixo:

Tabela 1 – Demonstrativo da Execução Orçamentária da Receita

| Exercício de 2024 | Receita Prevista | Receita Arrecadada | Δ % Repres. |
|---------------------------------|-------------------------|---------------------------|--------------------|
| Receita Corrente | 586.575.220,32 | 596.054.817,43 | 101,62% |
| Receita de Capital | 353.900,00 | 62.018.891,99 | 17524,41% |
| Receita Intra | 13.035.000,00 | 18.283.633,05 | 140,27% |
| Receita Total | 599.964.120,32 | 676.357.342,47 | 112,73% |
| | | - | |
| Resultado da Arrecadação | | -76.393.222,15 | -12,73% |

Fonte: Balanço Orçamentário – BALORC

A legislação sofreu alteração nos seguintes aspectos:

- a) Atualização do Decreto Municipal que dispõe sobre o grau de risco e os procedimentos para licenciamento e concessão do Alvará de Localização e Funcionamento de atividades econômicas com vistas a estabelecer diretrizes de desburocratização empresarial, atual decreto nº 548/2024;



**MUNICIPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

- b) Alteração de artigos do Código Tributário Municipal;
- c) Ampliação do uso do sistema SIMPLIFICA-ES, integração automática com atualizações dos dados cadastrais das empresas MEI, ME e EPP;
- d) Implementação da cobrança de tributos por meio de Pagamento instantâneo brasileiro – PIX nos ITBI;
- e) Credenciamento de instituições financeiras, sem qualquer exclusividade, para prestação de serviços bancários de recolhimento de impostos, taxas, dívida ativa e demais receitas públicas devidas à municipalidade, através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, em padrão FEBRABAN, por intermédio de suas agências e redes de Casa Lotéricas e correspondentes bancários, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados;
- f) Atualização do layout site para tornar os serviços online mais intuitivos, incluindo explicações detalhadas sobre protocolos de alvará e ITBI, com referências às legislações e instruções normativas que regulam cada procedimento.
- g) Integração do sistema de cadastro mobiliário com Simples Nacional, permitindo o enquadramento e desenquadramento automáticos das empresas.
- h) Fiscalização através de malha no Simples Nacional
- i) Contração de empresa para realização de recadastramento imobiliário e georreferenciamento do município.

1.1.2 Da Despesa

A Despesa fixada na LOA para o exercício foi de R\$ 599.954.120,32. Verifica-se que o Município realizou despesa orçamentária no total de R\$ 647.908.771,25 e intraorçamentária no valor de R\$ 17.314.766,30, totalizando o montante de R\$ 566.185.001,09 custeadas com recursos arrecadados no exercício e com o superávit do exercício anterior, conforme tabela abaixo:



MUNICIPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

Tabela 2 – Demonstrativo da Execução Orçamentária da Despesa

| Despesa | Fixada | Atualizada | Empenhada | Liquidada | Paga |
|------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Despesa Corrente | 497.508.895,30 | 549.336.851,64 | 533.106.010,45 | 532.795.055,41 | 530.031.500,71 |
| Despesa de Capital | 68.268.400,00 | 134.817.152,23 | 114.802.760,80 | 114.722.384,47 | 114.343.007,84 |
| Reserva de Contingência | 840.000,00 | 46.089,30 | | | |
| Reserva RPPS | 17.824.725,02 | 39.725,02 | | | |
| Despesa Intraorçamentária | 15.512.100,00 | 17.426.922,63 | 17.314.766,30 | 17.314.766,30 | 17.313.693,26 |
| Despesa Total | 599.954.120,32 | 701.666.740,82 | 665.223.537,55 | 664.832.206,18 | 661.688.201,81 |
| | | | | | |
| Economia Orçamentária | | | -65.269.417,23 | | -10,88% |
| TOTAL | | | 599.954.120,32 | | |

Fonte: Balanço Orçamentário – BALORC

1.1.3 Da Renúncia de Receita

Segundo demonstrativo gerado pelo sistema de tributos, o Município de Guarapari, somou o total de R\$ 12.378.738,29, em renúncia de receita, o que corresponde a um percentual de 1,83% do total arrecadado no exercício de 2024. A renúncia de receita referente ao exercício de 2024, é proveniente de desconto por pagamento antecipado do IPTU, considerada no cálculo da previsão da receita estabelecida na LOA.

Tabela 3 – Renúncia de Receita

| | |
|---------------------|---------------------------|
| Receita Arrecadada | R\$ 676.357.342,47 |
| Renúncia de Receita | R\$ 12.378.738,29 |
| % de Renúncia | 1,83% |

Fonte: DEMRE

1.1.4 Dos Precatórios

O Município de Guarapari tem realizado a sua política de pagamento de precatórios, seguindo o plano de provisionamento anual estabelecido pelo




MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, com enquadramento no regime especial de pagamento previsto no texto constitucional.


Ao longo do exercício de 2024 Guarapari provisionou perante o Tribunal de Justiça o valor de R\$ 11.700.000,00, e repassou um total de 13.810.854,77 (treze milhões, oitocentos e dez mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e setenta e sete centavos) para pagamento de Precatórios, restando saldo de precatórios no valor de R\$ 19.136.773,15 (dezenove milhões cento e trinta e seis mil setecentos e setenta e três reais e quinze centavos), em 31/12/2024, conforme relatórios disponibilizados pelo Tribunal de Justiça.

Importante dizer que vigora no Município de Guarapari a Lei no 4.255/2018, que autoriza a realização de acordos para antecipação do pagamento de precatório mediante percentuais de deságio do seu valor, o que contribui para quitação da dívida pública municipal de modo mais célere e econômico. No ano de 2022 o Tribunal de Justiça deu efetividade ao sistema da Lei Municipal no 4.255/2018, o que vem permitindo a celebração de vários acordos.

|  PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPARI Juntos vamos evoluir! | | Quadro de Detalhamento da Despesa Orçamento para 2024 | | | |
|---|---------------------|---|---------------|---------------|--|
| 11.00.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO | | | | | |
| 11.00.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO | | | | | |
| 11.01.00 - Procuradoria Jurídica | | | | | |
| 28.846.0000.0.005 | | Precatórios | | | |
| Classificação | Descrição | Receita | Despesa | Total | |
| 3.1.90.91.00 | SENT JUD | 1.500.0000.0000 | 200.000,00 | | |
| 3.3.90.91.00 | SENTENÇAS JUDICIAIS | 1.500.0000.0000 | 11.500.000,00 | | |
| | | Total Classificação Funcional | | 11.700.000,00 | |
| | | Total Sub-Unidade Orçamentária | | 11.700.000,00 | |
| | | Total Unidade Orçamentária | | 11.700.000,00 | |
| | | Total Órgão | | 11.700.000,00 | |
| | | TOTAL GERAL | | 11.700.000,00 | |



MUNICIPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPARI

ANEXO XXIII

QUADRO DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DA DESPESA LICITADA E DA DESPESA NÃO LICITADA

DESPESAS PAGAS

| DESPESA POR SUBELEMENTO | VALOR LICITADO | VALOR NÃO LICITADO | VALOR TOTAL |
|--|----------------|--------------------|---------------|
| 3.1.90.91.26 | 0,00 | 132.490,47 | 132.490,47 |
| 3.3.90.91.03 | 0,00 | 13.810.854,77 | 13.810.854,77 |
| 3.3.90.91.05 | 0,00 | 432.184,63 | 432.184,63 |
| 3.3.90.91.99 | 0,00 | 310.344,55 | 310.344,55 |
| Total | 0,00 | 14.685.874,42 | 14.685.874,42 |
| GUARAPARI - ES, 31 DE DEZEMBRO DE 2024 | | | |

| DESPESA POR SUB-ELEMENTO | VALOR LICITADO | VALOR NÃO LICITADO | VALOR TOTAL |
|--|----------------|--------------------|---------------|
| 3.1.90.91.26 | 0,00 | 132.490,47 | 132.490,47 |
| 3.3.90.91.03 | 0,00 | 13.810.854,77 | 13.810.854,77 |
| 3.3.90.91.05 | 0,00 | 432.184,63 | 432.184,63 |
| 3.3.90.91.99 | 0,00 | 310.344,55 | 310.344,55 |
| Total | 0,00 | 14.685.874,42 | 14.685.874,42 |
| GUARAPARI - ES, 31 DE DEZEMBRO DE 2024 | | | |



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

| ESTADO DO ESPÍRITO SANTO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PRESIDÊNCIA PRECATÓRIOS | | | | GUARAPARI | | | |
|--|----------|---------------------------|-----------------------|-----------|----------------|------------------------|-------------------|
| PLANILHA CONSOLIDADA PRECATÓRIOS EC-62 | | | | | | | |
| ORD EC-62 | Tribunal | Nº Precatório | Data recibo de reqst. | NATUREZA | ANO REFERÊNCIA | Data de Atualização | Valores |
| 1º | TJ | 0004342-60.2020.8.08.0000 | 05/02/20 | C | 2021 | 31/10/2024 | R\$ 3.150.643,50 |
| 2º | TJ | 0006647-17.2020.8.08.0000 | 28/02/20 | C | 2021 | 31/10/2024 | R\$ 611.143,49 |
| 3º | TJ | 0014215-84.2020.8.08.0000 | 24/06/20 | C | 2021 | 31/10/2024 | R\$ 48.274,13 |
| 4º | TJ | 0021900-45.2020.8.08.0000 | 03/07/20 | A | 2022 | 31/10/2024 | R\$ 28.553,72 |
| 5º | TJ | 0005828-46.2021.8.08.0000 | 01/10/20 | A | 2022 | 31/10/2024 | R\$ 35.326,56 |
| 6º | TJ | 0011006-73.2021.8.08.0000 | 02/10/20 | A | 2022 | 31/10/2024 | R\$ 27.870,51 |
| 7º | TJ | 0006308-24.2021.8.08.0000 | 18/01/21 | A | 2022 | 31/10/2024 | R\$ 296.501,17 |
| 8º | TJ | 0011215-42.2021.8.08.0000 | 04/03/21 | A | 2022 | 31/10/2024 | R\$ 31.955,17 |
| 9º | TJ | 0011297-73.2021.8.08.0000 | 25/03/21 | A | 2022 | 31/10/2024 | R\$ 349.875,97 |
| 10º | TJ | 0016554-79.2021.8.08.0000 | 25/06/21 | A | 2022 | 31/10/2024 | R\$ 525.237,17 |
| 11º | TJ | 0022381-08.2020.8.08.0000 | 24/08/20 | C | 2022 | 31/10/2024 | R\$ 295.444,47 |
| 12º | TJ | 0016165-94.2021.8.08.0000 | 24/08/21 | C | 2022 | 31/10/2024 | R\$ 1.384.471,05 |
| 13º | TJ | 0000927-98.2022.8.08.0000 | 14/09/21 | A | 2023 | 31/10/2024 | R\$ 44.561,59 |
| 14º | TJ | 0001301-17.2022.8.08.0000 | 01/12/21 | A | 2023 | 31/10/2024 | R\$ 20.714,15 |
| 15º | TJ | 0001800-98.2022.8.08.0000 | 28/03/22 | A | 2023 | 31/10/2024 | R\$ 18.855,31 |
| 16º | TJ | 0001798-31.2022.8.08.0000 | 29/03/22 | A | 2023 | 31/10/2024 | R\$ 16.902,34 |
| 17º | TJ | 0000947-89.2022.8.08.0000 | 05/10/21 | C | 2023 | 31/10/2024 | R\$ 314.574,27 |
| 18º | TJ | 0001802-68.2022.8.08.0000 | 29/03/22 | C | 2023 | 31/10/2024 | R\$ 41.289,35 |
| 19º | TRT | 0000984-36.2017.5.17.0151 | 18/05/22 | A | 2024 | 22/07/2024 | R\$ 193.571,79 |
| 20º | TRT | 0205100-39.2010.5.17.0151 | 28/07/22 | A | 2024 | 26/10/2023 | R\$ 2.860,70 |
| 21º | TJ | 0004559-35.2022.8.08.0000 | 18/09/22 | A | 2024 | 31/10/2024 | R\$ 24.505,67 |
| 22º | TJ | 0004519-53.2022.8.08.0000 | 20/10/22 | A | 2024 | 31/10/2024 | R\$ 30.794,83 |
| 23º | TJ | 0004403-47.2022.8.08.0000 | 11/11/22 | A | 2024 | 31/10/2024 | R\$ 31.864,26 |
| 24º | TRT | 0000375-10.2018.5.17.0151 | 25/11/22 | A | 2024 | 22/07/2024 | R\$ 40.063,49 |
| 25º | TJ | 0000429-65.2023.8.08.0000 | 08/01/23 | A | 2024 | 31/10/2024 | R\$ 21.794,13 |
| 26º | TJ | 0002968-38.2022.8.08.0000 | 17/05/22 | C | 2024 | 31/10/2024 | R\$ 39.552,33 |
| 27º | TJ | 0004555-95.2022.8.08.0000 | 19/09/22 | C | 2024 | 31/10/2024 | R\$ 490.113,66 |
| 28º | TRF-2 | 5000696-21.2022.4.02.8333 | 04/11/22 | C | 2024 | 01/11/2024 | R\$ 85.560,23 |
| 29º | TJ | 0001018-23.2024.8.08.0000 | 23/02/24 | A | 2025 | 31/10/2024 | R\$ 179.576,74 |
| 30º | TJ | 0001017-38.2024.8.08.0000 | 27/02/24 | A | 2025 | 31/10/2024 | R\$ 190.852,97 |
| 31º | TJ | 0001016-53.2024.8.08.0000 | 11/03/24 | A | 2025 | 31/10/2024 | R\$ 83.517,05 |
| 32º | TJ | 0001348-20.2024.8.08.0000 | 21/03/24 | A | 2025 | 31/10/2024 | R\$ 25.943,27 |
| 33º | TJ | 0001318-82.2024.8.08.0000 | 21/03/24 | A | 2025 | 31/10/2024 | R\$ 25.433,83 |
| 34º | TJ | 0001346-50.2024.8.08.0000 | 21/03/24 | A | 2025 | 31/10/2024 | R\$ 41.769,42 |
| 35º | TJ | 0001515-37.2024.8.08.0000 | 26/03/24 | A | 2025 | 31/10/2024 | R\$ 29.438,01 |
| 36º | TJ | 0001524-96.2024.8.08.0000 | 26/03/24 | A | 2025 | 31/10/2024 | R\$ 25.258,18 |
| 37º | TJ | 0001516-22.2024.8.08.0000 | 26/03/24 | A | 2025 | 31/10/2024 | R\$ 25.991,80 |
| 38º | TJ | 0001517-07.2024.8.08.0000 | 26/03/24 | A | 2025 | 31/10/2024 | R\$ 53.740,62 |
| 39º | TJ | 0001556-04.2024.8.08.0000 | 26/03/24 | A | 2025 | 31/10/2024 | R\$ 27.448,50 |
| 40º | TJ | 0001552-64.2024.8.08.0000 | 27/03/24 | A | 2025 | 31/10/2024 | R\$ 78.861,54 |
| 41º | TJ | 0001551-79.2024.8.08.0000 | 27/03/24 | A | 2025 | 31/10/2024 | R\$ 70.073,50 |
| 42º | TJ | 0001553-49.2024.8.08.0000 | 27/03/24 | A | 2025 | 31/10/2024 | R\$ 33.596,58 |
| 43º | TJ | 0001549-12.2024.8.08.0000 | 27/03/24 | A | 2025 | 31/10/2024 | R\$ 100.592,17 |
| 44º | TJ | 0001550-94.2024.8.08.0000 | 27/03/24 | A | 2025 | 31/10/2024 | R\$ 101.154,95 |
| 45º | TRF-2 | 5000077-57.2023.4.02.8333 | 27/04/23 | C | 2025 | 01/11/2024 | R\$ 2.056.522,83 |
| 46º | TJ | 0002554-06.2023.8.08.0000 | 27/06/23 | C | 2025 | 31/10/2024 | R\$ 111.775,17 |
| 47º | TJ | 0000952-43.2024.8.08.0000 | 04/03/24 | C | 2025 | 31/10/2024 | R\$ 38.716,24 |
| 48º | TJ | 0000953-28.2024.8.08.0000 | 04/03/24 | C | 2025 | 31/10/2024 | R\$ 38.716,24 |
| 49º | TJ | 0000951-58.2024.8.08.0000 | 04/03/24 | C | 2025 | 31/10/2024 | R\$ 38.716,24 |
| 50º | TRT | 0000850-14.2024.5.17.0000 | 14/03/24 | C | 2025 | 16/04/2024 | R\$ 5.497.365,69 |
| 51º | TJ | 0001301-46.2024.8.08.0000 | 21/03/24 | C | 2025 | 31/10/2024 | R\$ 43.353,60 |
| 52º | TJ | 0001783-91.2024.8.08.0000 | 06/05/24 | A | 2026 | 31/10/2024 | R\$ 64.173,96 |
| 53º | TJ | 0003113-26.2024.8.08.0000 | 16/09/24 | A | 2026 | 31/10/2024 | R\$ 41.720,73 |
| 54º | TJ | 0001785-61.2024.8.08.0000 | 06/05/24 | C | 2026 | 31/10/2024 | R\$ 33.110,23 |
| 55º | TJ | 0002206-51.2024.8.08.0000 | 22/05/24 | C | 2026 | 31/10/2024 | R\$ 144.520,78 |
| 56º | TJ | 0002211-73.2024.8.08.0000 | 22/05/24 | C | 2026 | 31/10/2024 | R\$ 24.086,81 |
| 57º | TJ | 0002212-58.2024.8.08.0000 | 22/05/24 | C | 2026 | 31/10/2024 | R\$ 24.086,81 |
| 58º | TJ | 0002210-88.2024.8.08.0000 | 22/05/24 | C | 2026 | 31/10/2024 | R\$ 24.086,81 |
| 59º | TJ | 0002209-06.2024.8.08.0000 | 22/05/24 | C | 2026 | 31/10/2024 | R\$ 24.086,81 |
| 60º | TJ | 0002207-36.2024.8.08.0000 | 22/05/24 | C | 2026 | 31/10/2024 | R\$ 24.086,81 |
| 61º | TJ | 0002208-21.2024.8.08.0000 | 22/05/24 | C | 2026 | 31/10/2024 | R\$ 24.086,81 |
| 62º | TJ | 0002665-53.2024.8.08.0000 | 22/08/24 | C | 2026 | 31/10/2024 | R\$ 251.007,18 |
| 63º | TJ | 0002663-83.2024.8.08.0000 | 22/08/24 | C | 2026 | 31/10/2024 | R\$ 251.007,18 |
| 64º | TJ | 0002664-68.2024.8.08.0000 | 22/08/24 | C | 2026 | 31/10/2024 | R\$ 251.007,18 |
| 65º | TJ | 0003112-41.2024.8.08.0000 | 18/09/24 | C | 2026 | 31/10/2024 | R\$ 834.414,90 |
| | | | | | | | R\$ 19.136.773,15 |



**MUNICIPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

2 EXECUÇÃO FISCAL

2.1 Gastos com Pessoal

Conforme se verifica na tabela abaixo, o Poder Executivo cumpriu com o limite de gastos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000, encerrando o exercício com os seguintes valores:



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

Tabela 3- Despesas com Pessoal do Poder Executivo

| DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO | 2024 |
|--|----------------------------|
| DESPESA COM PESSOAL | DESPESA LIQUIDADADA |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | R\$ 312.800.689,87 |
| Pessoal Ativo | R\$ 218.142.053,79 |
| Obrigações Patronais | R\$ 39.874.186,75 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | R\$ 54.784.449,33 |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18 § 1º da LRF) | R\$ - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (ART. 19, § 1º da LRF (II)) | R\$ 21.893.918,76 |
| (-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | R\$ 606.851,86 |
| (-) Decorrentes de Decisão Judicial | R\$ 64.310,12 |
| (-) Despesas de Exercícios Anteriores | R\$ 162.270,19 |
| (-) Inativos com Recursos Vinculados | R\$ 21.060.486,59 |
| TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I-III) | R\$ 290.906.771,11 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (III) | R\$ 565.679.074,97 |
| % do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL | 51,43% |
| LIMITE MÁXIMO (Incisos I,II e III, art. 20 da LRF) | 54,00% |
| LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) | 51,30% |
| LIMITE DE ALERTA (VIII) (Incisos II do § do art. 59 da LRF) | 48,60% |

Fonte: Balancete da Receita Orçamentária de Jan a Dez/2024

No tocante ao limite legal previsto na Lei Complementar nº. 101/2000, das movimentações extraídas do Balancete da Despesa 2021, verificou-se que, o



MUNICIPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

montante das despesas com pessoal (LRF, Art. 55, inciso I, alínea “a” - Anexo I) foi de **R\$ 290.906.771,11**, o que levou o Município a comprometer 53,43% (cinquenta e três vírgulas quarenta e três por cento) de sua Receita Corrente Líquida no valor **de R\$565.679.074,97**, com as despesas de pessoal do poder Executivo.

Embora o Município tenha alcançado um índice de gastos de pessoal superior ao limite de prudencial é possível constatar que a Administração Municipal, editou o Decreto nº 117/2024, publicado em 18/03/2024 no DIO/ES, estabelecendo medidas de redução e controle das despesas de pessoal, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo. Dentre as medidas, além daquelas já definidas no art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal, foram adotadas outras medidas relacionadas à redução dos gastos, que serão acompanhadas por Comissão de Avaliação e Controle de Gastos com Pessoal, conforme instituído no Decreto.

2.2 Aplicação na Saúde

A Lei Complementar 141/2012 Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo.

Em seu artigo 7º estabelece:

Art. 7º . Os Municípios e o Distrito Federal aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

Verifica-se, conforme tabela 4, que o Município atendeu a legislação, aplicando no exercício de 2024, o percentual de **17,95%** (dezessete vírgulas noventa e



MUNICIPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em ações e serviços públicos de saúde.

Tabela 4 – Aplicação de recursos na Saúde

| Destinação de recursos | Valor |
|--|----------------------|
| Receitas provenientes de impostos | 136.643.869,21 |
| Receitas provenientes de transferências | 158.056.997,76 |
| Base de cálculo para aplicação em ações e serviços públicos de saúde | 294.700.866,97 |
| Valor aplicado em ações e serviços públicos de saúde | 52.900.895,74 |
| % de aplicação | 17,95% |

Fonte: Balancete da Receita/Despesa

2.3 Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

O artigo 212 da Carta Magna de 1988 estabelece que os Municípios deverão aplicar 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Tabela 5 - Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

| Recursos Aplicados no MDE | |
|---|---------------------|
| 22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20 (b ou c) | R\$ 49.465.759,28 |
| 23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4) | R\$ 31.602.267,75 |
| 24 (-) RECEITAS DO FUNDEB (IMPOSTOS) NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18.1 (m2 ou n2) | R\$ - |
| 25 (-) VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL = L19.1(t) | R\$ - 203.180,13 |
| 26 (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS 4 e 7 | R\$ - |
| 27 (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO, | R\$ - 386.410,60 |



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

| | |
|---|--------------------------|
| 28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 + 25) - (24 + 26 + 27) | R\$ 80.478.436,30 |
| | |
| RECEITA ARRECADADA | R\$ 304.027.218,60 |
| PERCENTUAL APLICADO | 26,47% |

Fonte: Balancete da Receita/Despesa

Com base na documentação prestadas pela SEMFA, pode-se verificar que o Município, no exercício de 2024, aplicou **26,47%** (vinte e seis, virgula quarenta e sete por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

2.4 Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica

Determina o artigo 26 da Lei nº 14.113/2020 que pelo menos 70% (setenta por cento) dos recursos anuais totais do FUNDEB, será destinado ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

Tabela 6 - Destinação de recursos do FUNDEB aos profissionais do Magistério

| Destinação de recursos | Valor |
|---|-----------------------|
| Receitas Líquidas provenientes do FUNDEB | 166.630.526,96 |
| Rendimentos | 1.225.527,87 |
| Valor destinado ao pagamento dos profissionais do magistério | 159.395.396,28 |
| % de aplicação | 94,96% |

Fonte: Balancete da Receita

De acordo com dispositivos legais, a Prefeitura Municipal de Guarapari aplicou 94,96% dos Recursos do FUNDEB no exercício de 2024, somando um montante de R\$ 159.395.396,28 (cento e cinquenta e nove mil, trezentos e noventa e cinco reais e vinte e oito centavos) na remuneração dos servidores da educação básica, compreendendo o ensino infantil e fundamental.



**MUNICIPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

2.5 Operação de Crédito e Concessão de Garantias

De acordo com Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal, o Município realizou Operação de Crédito no exercício de 2024 no valor de R\$ 58.000.000,00 (cinquenta e oito milhões de reais).

Desse modo, apresenta-se, nas tabelas a seguir, com base nas demonstrações contábeis que integram a prestação de contas, os montantes e limites de operações de crédito contratadas pelo Município, apurados ao final do exercício em análise:

Tabela 7 - Operações de Crédito (Limite 16% RCL)

| Descrição | Valor |
|--|----------------|
| Receita Corrente Líquida – RCL | 573.335.706,98 |
| Montante global das operações de crédito | 58.000.000,00 |
| % do montante global das operações de crédito sobre a RCL | 10,12% |

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal

Tabela 8 - Garantias Concedidas (Limite 22% RCL)

| Descrição | Valor |
|--|----------------|
| Receita Corrente Líquida – RCL | 573.335.706,98 |
| Montante global das garantias concedidas | 0,00 |
| % do montante global das garantias concedidas sobre a RCL | 0,00% |

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal

Tabela 9 - Operações de Crédito – ARO (Limite 7% RCL)

| Descrição | Valor |
|--|----------------|
| Receita Corrente Líquida – RCL | 573.335.706,98 |
| Montante global das operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias - ARO | 0,00 |
| % do montante global das operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias sobre a RCL | 0,00% |

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal



MUNICIPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

3 DÍVIDA ATIVA

Conforme Manual de Contabilidade Pública, a Dívida Ativa é o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamentos definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez. Conforme demonstrativo gerado pelo sistema de tributos, o município possui, em 31/12/2024, um total de R\$ 525.862.853,68 em dívida ativa tributária.

Tabela 11 – Dívida Ativa Tributária

| | |
|--|-----------------------|
| Saldo anterior - DEMDAT | 424.903.641,43 |
| Acréscimo no exercício - DEMDAT | 141.139.896,97 |
| Baixas no exercício - DEMDAT | 40.180.684,72 |
| Saldo para o próximo exercício - DEMDAT (a) | 525.862.853,68 |
| Saldo contábil (b) | 525.862.853,68 |
| Divergência (a-b) | 0,00 |

Fonte: DEMDAT

A Dívida decorrente dos demais créditos não tributários, soma o total de R\$ 937.0250.839,74 registrado no sistema de tributos com base no relatório DEMDAT elaborado no presente exercício.

Tabela 12 – Dívida Ativa Não Tributária

| | |
|--|-----------------------|
| Saldo anterior - DEMDAT | 657.069.647,56 |
| Acréscimo no exercício - DEMDAT | 293.062.753,41 |
| Baixas no exercício - DEMDAT | 13.111.561,23 |
| Saldo para o próximo exercício - DEMDAT (a) | 937.020.839,74 |
| Saldo contábil (b) | 937.020.839,74 |
| Divergência (a-b) | 0,00 |

Fonte: BALPAT

Segundo informações registradas no sistema SMARTB, o Município de Guarapari possui um total R\$ 1.462.883.693,42 em Dívida Ativa que estão sendo recuperados por meio de cobrança administrativa e judicial nos termos da legislação.



**MUNICIPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

3.1 Da Política de Recuperação da Dívida Ativa

No âmbito do Município de Guarapari a cobrança da dívida ativa ocorre de maneira compartilhada pela Secretaria Municipal da Fazenda (responsável pela constituição do crédito e cobrança administrativa) e pela Procuradoria Geral do Município (responsável pela cobrança judicial). Destaque ao convenio celebrado em 2024 entre o município e Instituto de Estudo de Protesto de Títulos do Brasil - IEPTB

Segundo a SEMFA, no exercício de 2024, formalizada inúmeras ações com vistas à cobrança da dívida ativa e demais créditos tributários e não tributários, vejamos:

Programa de ações de cobranças extrajudiciais.

- a) Emissão e encaminhamento de 8782 (oito mil setecentos e oitenta e dois) notificação de cobrança administrativa ao Órgão de Proteção ao Crédito;
- b) Encaminhamento de 4562 (quatro mil quinhentos e sessenta e dois) Certidões de Dívida Ativa (CDA) à Procuradoria Geral do Município para a formalização de Ação de Execução Fiscal.
- c) No exercício de 2024 foram formalizados 1376 (um mil trezentos e setenta e seis) acordos de parcelamentos em dívida ativa.
- d) Emissão e encaminhamento de 2331 (dois mil trezentos e trinta e um) notificação de cobrança extrajudicial ao Cartório para protesto.

Programa: Ações de cobranças Extrajudiciais recebidas:

- a) R\$ 4.741.065,99 – valor recebido através com dividas inscritas no SPC (Notificações enviadas).
- b) R\$ 6.602.370,48 – valor recebido por meio de parcelamentos (Acordos formalizados);
- c) R\$ 54.502.133,82 – CDA'S enviadas à Procuradoria Geral do Município para fins de ajuizamento de execução fiscal.



**MUNICIPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

4 GASTOS COM PUBLICIDADE

Com o objetivo de formular e organizar a política de comunicação, visando dotar a Administração Municipal de meios eficazes para a divulgação dos serviços públicos colocados à disposição da população, este Poder Executivo incorreu em despesas com publicidade no valor de R\$ 398.751,08, conforme tabela abaixo:

Tabela 13 - Gastos com Publicidade

| Elemento/Subelemento de despesa | 2024 |
|--|-----------------------|
| 39.81 Publicidade mercadológica | R\$ 0 |
| 39.82 Publicidade Institucional | R\$ 242.751,08 |
| 39.83 Publicidade utilidade pública | R\$ 156.000,00 |
| 39.99 Serviço de Publicidade | R\$ 25.740,06 |
| Total | R\$ 398.751,08 |

Fonte: sistema SMARAPD

5 GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

O Governo do Município de Guarapari iniciou a gestão previdenciária municipal em janeiro de 2005, em conformidade com os dispositivos normativos que regulamentam a criação e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 9.717/1998. A estruturação do sistema previdenciário municipal seguiu as diretrizes das sucessivas reformas previdenciárias, formalizadas por meio das Emendas Constitucionais nº 20/1998, nº 41/2003, nº 47/2005, nº 70/2012 e nº 103/2019, que estabeleceram novos parâmetros para a organização e o financiamento dos regimes próprios.

Nesse contexto, o Município reestruturou seu RPPS, originalmente instituído pela Lei Municipal nº 1.825/1998, cuja vigência teve início em janeiro de 1999. A reformulação do sistema foi consolidada com a edição da Lei Municipal nº 2.542,



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

de 7 de dezembro de 2005, que formalizou a criação do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Guarapari/ES (IPG). O IPG foi concebido como uma autarquia dotada de personalidade jurídica própria, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, sendo instituído como Unidade Gestora Previdenciária Única.

O Instituto é responsável pela administração dos fundos previdenciários e pela concessão de benefícios de natureza previdenciária, incluindo aposentadorias e pensões aos servidores públicos municipais, bem como aos seus dependentes, abrangendo os Poderes Executivo e Legislativo, além de suas autarquias e fundações.

PLANO DE CUSTEIO

Em conformidade com as diretrizes atuariais estabelecidas pelo **Ministério da Previdência Social**, o Município de Guarapari promoveu a reestruturação do **Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)** por meio de normativas específicas, visando garantir a solvência e o equilíbrio financeiro do sistema previdenciário municipal.

Inicialmente, a **Lei Municipal nº 3.971/2015** foi editada para disciplinar o custeio e financiamento do RPPS. Contudo, essa legislação foi revogada em **28 de fevereiro de 2017**, sendo substituída pela **Lei Municipal nº 4.105/2017**, posteriormente alterada em pontos específicos pela **Lei Municipal nº 4.123/2017**.

A legislação vigente estabeleceu os **custos previdenciários normais e suplementares**, bem como os critérios de financiamento do RPPS. Para viabilizar a sustentabilidade atuarial do sistema, a massa funcional foi **segregada** e foram instituídos **dois fundos previdenciários distintos**, conforme descrito a seguir:

1. **Fundo Previdenciário Capitalizado (FC)** – De caráter **permanente**, este fundo é responsável pela garantia dos benefícios previdenciários



MUNICIPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

(aposentadoria e pensão por morte) dos **servidores concursados ingressos a partir de 29 de dezembro de 2005**. Sua gestão assegura a formação de reservas técnicas necessárias à cobertura dos benefícios futuros.

2. **Fundo Previdenciário Financeiro (FF)** – De caráter **temporário**, esse fundo tem a finalidade de garantir o pagamento dos benefícios previdenciários **(aposentadorias e pensões por morte)** aos servidores que já se encontravam vinculados ao RPPS antes da implementação do novo regime segregado. Este fundo opera sob o regime financeiro de repartição simples, sendo progressivamente extinto à medida que os segurados pertencentes a essa categoria atingirem seus respectivos benefícios.

Para garantir a regularidade no pagamento dos benefícios previdenciários, o Município, além de efetuar o repasse das **contribuições patronais**, realiza **aportes financeiros complementares** ao RPPS. Esses aportes são destinados ao **pagamento das folhas dos servidores inativos e pensionistas vinculados ao Fundo Previdenciário Financeiro**, assegurando o fluxo de caixa necessário para honrar os compromissos previdenciários.

A **Lei Municipal nº 4.123/2017** estabeleceu um modelo de cofinanciamento no qual a **Câmara Municipal** deve realizar um **aporte equivalente a 50% da folha de pagamento dos servidores inativos e pensionistas** originados daquele órgão, enquanto o **percentual remanescente** permanece sob responsabilidade do **IPG**, garantindo a constituição de reservas financeiras para compromissos futuros, conforme projetado nas reavaliações atuariais periódicas.

O **Plano de Custeio Previdenciário** vigente definiu as alíquotas de contribuição previdenciária dos segurados e do ente federativo da seguinte forma:

- **Servidores Ativos:** 14% (**quatorze por cento**) sobre a parcela da **remuneração permanente**;



**MUNICIPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

- **Servidores Inativos e Pensionistas:** 14% (quatorze por cento) sobre o montante que ultrapassar o **teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS)**;
- **Município (Contribuição Patronal):** 16% (dezesesseis por cento) sobre a mesma base de cálculo dos **Servidores Ativos**.

Além das alíquotas definidas, o **IPG** deve, obrigatoriamente, dispor **mensalmente** de parte dos recursos alocados no **Fundo Previdenciário Financeiro** para custear os proventos dos segurados vinculados a esse regime, conforme estabelecido no **Plano de Custeio**, sem, contudo, eximir o **Tesouro Municipal** da responsabilidade suplementar pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras.

Nos termos da **Lei Municipal nº 4.612, de 23 de novembro de 2021**, foi autorizada a realização de **resgates mensais de parcela fixa** do **Fundo Previdenciário Financeiro**, no valor de **R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais)**. O objetivo dessa medida é **complementar o repasse financeiro do Município**, assegurando a cobertura integral da folha de pagamento dos servidores inativos e pensionistas vinculados a esse fundo.

Essa estratégia de financiamento busca **garantir a perenidade dos recursos previdenciários**, proporcionando segurança jurídica e atuarial ao RPPS do Município de Guarapari, em conformidade com os princípios da **responsabilidade fiscal e previdenciária**.

PLANO DE BENEFÍCIOS

A Lei Municipal nº 2.542, de 07 de dezembro de 2005, no art. 20, estabelecia os benefícios concedidos pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Guarapari (IPG) aos seus segurados, os quais compreendiam:

[...]

I – quanto ao segurado:

a) aposentadoria por invalidez;



**MUNICIPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

- b) aposentadoria compulsória;
 - c) aposentadoria por tempo de contribuição e aposentadoria por idade; e II – quanto ao dependente: a) pensão por morte
- [...] (Lei Municipal 2.542/2005)

No entanto, com a promulgação da Lei Complementar nº 151, de 07 de dezembro de 2023, que entrou em vigor em 13 de dezembro de 2023, o plano de benefícios do RPPS do Município de Guarapari foi reformulado, mantendo exclusivamente a concessão dos benefícios previdenciários relacionados à aposentadoria e à pensão por morte. Assim, passaram a ser assegurados pelo IPG os seguintes benefícios:

1. Aposentadoria voluntária;
2. Aposentadoria para servidores que exercem atividades especiais;
3. Aposentadoria do professor;
4. Aposentadoria do servidor com deficiência;
5. Aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho;
6. Pensão por morte.

Com a restrição do IPG à concessão exclusiva de aposentadorias e pensões por morte, benefícios de natureza assistencial, como:

- Auxílio-maternidade;
- Auxílio-doença;
- Auxílio-reclusão; foram excluídos do rol de benefícios previdenciários do RPPS, ficando a responsabilidade pelo pagamento desses benefícios a cargo dos órgãos de origem dos servidores efetivos.

Dessa forma, as despesas decorrentes da concessão dos auxílios devem ser integralmente assumidas pelos órgãos e entidades aos quais os servidores estão



**MUNICIPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

vinculados, devendo tais pagamentos ser incluídos nas respectivas folhas de pagamento. O IPG não possui competência para realizar tais pagamentos ou reembolsos, uma vez que esses auxílios não possuem caráter previdenciário e não estão cobertos pelo regime de custeio do RPPS.

Essa reestruturação segue as diretrizes federais e visa assegurar a sustentabilidade atuarial e financeira do sistema previdenciário municipal, garantindo maior equilíbrio e previsibilidade na concessão dos benefícios previdenciários aos segurados e seus dependentes.

SITUAÇÃO DOS PLANOS PREVIDENCIÁRIOS

FUNDO PREVIDENCIÁRIO FINANCEIRO

O Regime Financeiro adotado para os servidores vinculados ao Fundo Financeiro é o de Regime Orçamentário, caracterizado pela não acumulação de reservas técnicas, sendo custeado de forma direta e dependente da alocação de recursos pelo Ente patrocinador.

O valor presente dos aportes do Ente destinados aos Benefícios a Conceder é de R\$ 10.816.020,68, atualizado a uma taxa atuarial de 5,28% ao ano, conforme diretrizes da Secretaria de Previdência (SPREV). Considerando os fluxos de obrigações previdenciárias futuras, apura-se um **déficit atuarial de R\$ 667.111.664,60.**

O equilíbrio financeiro do Fundo será mantido por meio de aportes extraordinários do Governo Municipal, com o objetivo de cobrir o déficit previdenciário e garantir a liquidez necessária para o pagamento dos benefícios. Esses aportes, classificados como Contribuições Futuras do Ente, serão alocados entre Benefícios Concedidos e Benefícios a Conceder, até que ocorra a extinção do grupo de servidores vinculados ao Fundo Financeiro ou até que se alcance o equilíbrio atuarial consolidado entre os fundos Previdenciário e Financeiro.



**MUNICIPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

A consolidação desses fundos será submetida à análise e aprovação prévia dos órgãos reguladores e fiscalizadores competentes, garantindo conformidade com a legislação previdenciária e as melhores práticas atuariais.

FUNDO PREVIDENCIÁRIO CAPITALIZADO

O Regime Financeiro do Fundo Previdenciário adota uma estrutura híbrida, combinando diferentes métodos de financiamento, conforme a natureza dos benefícios:

- **Regime de Capitalização:** aplicado aos benefícios programáveis, como aposentadorias programadas e pensões por morte de aposentados inválidos, garantindo a acumulação de reservas para o pagamento futuro.
- **Regime de Repartição de Capitais de Cobertura:** utilizado para o financiamento dos benefícios de risco, incluindo aposentadorias por invalidez e pensões por morte de segurados em atividade, nos quais o custeio é ajustado conforme a necessidade.

O valor presente dos aportes do Ente destinados aos Benefícios a Conceder é de R\$ 161.014.999,83, enquanto as contribuições acumuladas pelos servidores totalizam R\$ 140.888.124,86. Com base nesses fluxos financeiros, apura-se um **superávit atuarial de R\$ 9.588.152,32**, indicando a solvência do Fundo Previdenciário e sua capacidade de cumprimento das obrigações futuras.

6 SINTESE DAS AÇÕES REALIZADAS

Visando maior transparência da gestão administrativa desta municipalidade, sintetizou-se as ações realizadas durante o exercício de 2024, nos termos subsequentes:

6.1 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

A Secretaria Municipal da Fazenda – SEMFA - tem como objetivo planejar, coordenar, executar e avaliar as atividades financeiras da Administração Municipal, bem como os serviços atinentes às políticas municipais tributárias e econômico-financeira, provendo registros contábeis referentes à execução



**MUNICIPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

financeira e a fiscalização tributária do Município. Dentre as ações desenvolvidas pela secretaria, destaca-se resumidamente as principais atividades realizadas no exercício de 2024:

- a) Atualização do Decreto Municipal que dispõe sobre o grau de risco e os procedimentos para licenciamento e concessão do Alvará de Localização e Funcionamento de atividades econômicas com vistas a estabelecer diretrizes de desburocratização empresarial, atual decreto nº 548/2024;
- b) Alteração de artigos do Código Tributário Municipal;
- c) Ampliação do uso do sistema SIMPLIFICA-ES, integração automática com atualizações dos dados cadastrais das empresas MEI, ME e EPP;
- d) Implementação da cobrança de tributos por meio de Pagamento instantâneo brasileiro – PIX nos ITBI;
- e) Credenciamento de instituições financeiras, sem qualquer exclusividade, para prestação de serviços bancários de recolhimento de impostos, taxas, dívida ativa e demais receitas públicas devidas à municipalidade, através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, em padrão FEBRABAN, por intermédio de suas agências e redes de Casa Lotéricas e correspondentes bancários, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados;
- f) Atualização do layout site para tornar os serviços online mais intuitivos, incluindo explicações detalhadas sobre protocolos de alvará e ITBI, com referências às legislações e instruções normativas que regulam cada procedimento.
- g) Integração do sistema de cadastro mobiliário com Simples Nacional, permitindo o enquadramento e desenquadramento automáticos das empresas.
- h) Fiscalização através de malha no Simples Nacional
- i) Contração de empresa para realização de recadastramento imobiliário e georreferenciamento do município.



**MUNICIPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

6.1.1 Da Política de Recuperação da Dívida Ativa

No âmbito do Município de Guarapari a cobrança da dívida ativa ocorre de maneira compartilhada pela Secretaria Municipal da Fazenda (responsável pela constituição do crédito e cobrança administrativa) e pela Procuradoria Geral do Município (responsável pela cobrança judicial). Destaque ao convenio celebrado em 2024 entre o município e Instituto de Estudo de Protesto de Títulos do Brasil – IEPTB.

- ✓ A secretaria da Fazenda, no exercício de 2024, realizou inúmeras ações com vistas à cobrança da dívida ativa e demais créditos tributários e não tributários, vejamos:
- ✓ Programa de ações de cobranças extrajudiciais.
- ✓ Emissão e encaminhamento de 8782 (oito mil setecentos e oitenta e dois) notificação de cobrança administrativa ao Órgão de Proteção ao Crédito;
 - ✓ Encaminhamento de 4562 (quatro mil quinhentos e sessenta e dois) Certidões de Dívida Ativa (CDA) à Procuradoria Geral do Município para a formalização de Ação de Execução Fiscal.
- ✓ No exercício de 2024 foram formalizados 1376 (um mil trezentos e setenta e seis) acordos de parcelamentos em dívida ativa.
- ✓ Emissão e encaminhamento de 2331 (dois mil trezentos e trinta e um) notificação de cobrança extrajudicial ao Cartório para protesto.

6.1.2 Programa de ações de cobranças extrajudiciais.

- a) Emissão e encaminhamento de 8782 (oito mil setecentos e oitenta e dois) notificação de cobrança administrativa ao Órgão de Proteção ao Crédito;
- b) Encaminhamento de 4562 (quatro mil quinhentos e sessenta e dois) Certidões de Dívida Ativa (CDA) à Procuradoria Geral do Município para a formalização de Ação de Execução Fiscal.
- c) No exercício de 2024 foram formalizados 1376 (um mil trezentos e setenta e seis) acordos de parcelamentos em dívida ativa.



**MUNICIPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

- d) Emissão e encaminhamento de 2331 (dois mil trezentos e trinta e um) notificação de cobrança extrajudicial ao Cartório para protesto.

6.1.3 Programa: Ações de cobranças Extrajudiciais recebidas:

- a) R\$ 4.741.065,99 – valor recebido através com dividas inscritas no SPC (Notificações enviadas).
- b) R\$ 6.602.370,48 – valor recebido por meio de parcelamentos (Acordos formalizados);
- c) R\$ 54.502.133,82 – CDA'S enviadas à Procuradoria Geral do Município para fins de ajuizamento de execução fiscal.

6.2 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEMED)

A SEMED atendeu 62 unidades escolares (20 campesinas e 42 urbanas), alcançando 21.214 alunos. Obteve reconhecimento nacional com o 1º lugar no IDEB (anos iniciais), Selo Ouro do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, Prêmio Prefeito Inovador e Prêmio Band Cidades Excelentes.

Destaques da atuação:

- Inauguração de 6 novas escolas e andamento de 6 grandes obras (5 CEMEIs e 1 EMEF).
- Investimento na formação pedagógica, educação inclusiva, uso de tecnologia, robótica, IA e lideranças escolares.
- Transporte escolar com frota própria e terceirizada, abrangendo cerca de 2.180 alunos.
- Programa de Alimentação Escolar com testes de aceitabilidade, capacitação, aquisição da agricultura familiar e ações educativas.
- Atuação da supervisão administrativa, rede física e técnico-pedagógica com visitas técnicas, organização de pessoal e ações de valorização do magistério.



**MUNICIPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

**6.3 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
(SEMAG)**

A SEMAG consolidou-se como referência em licenciamento ambiental, gestão de unidade de conservação e apoio ao produtor rural.

Principais ações:

- Emissão de 192 licenças e 99 dispensas ambientais, com arrecadação de R\$ 233 mil.
- Atuação ativa no Parque Morro da Pescaria: 40.606 visitantes, arrecadação de R\$ 202.530,00, 36 visitas escolares e renovação do título RBMA.
- Educação ambiental com 10 campanhas, 361 processos de poda e 1.070 atendimentos no Disque Silêncio.
- Apoio ao pequeno produtor: entrega de mudas, patrulha agrícola, cursos do SENAR, orientações em peixarias e expansão de agroindústrias vinculadas ao SIM.

6.4 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER (SEL)

A SEL executou mais de 30 eventos esportivos, ampliou projetos sociais e promoveu os Jogos Estudantis de Guarapari (JOGUES).

Atividades relevantes:

- Realização da Arena Verão, IV Volta à Ilha de São Pedro, travessias e campeonatos escolares e comunitários.
- Projetos voltados para idosos (Vôlei MIG, Acqua Vida), jovens (futsal, lutas) e alto rendimento.
- Apoio logístico e técnico a atletas e equipes locais em competições regionais e nacionais.
- Parceria com SESPORT em iniciativas como o Projeto Campeões de Futuro.



**MUNICIPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

6.5 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS (SEMOP)

A SEMOP coordenou obras estruturantes e executou manutenções urbanas estratégicas.

Resultados principais:

- Execução de drenagem pluvial, asfaltamento, tapa-buracos, limpeza urbana e revitalizações.
- Fiscalização de contratos e apoio técnico a ações de outras secretarias.
- Intervenções em praças, vias e prédios públicos, com foco na infraestrutura das unidades escolares.

6.6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E CIDADANIA (SETAC)

A SETAC realizou 35.790 atendimentos, alcançando mais de 69 mil pessoas.

Destaques por serviço:

- Cadastro Único: 118.451 atendimentos; 7.274 famílias beneficiadas pelo Bolsa Família (R\$ 4,8 milhões).
- CRAS (São José, Santa Mônica e Olaria): 280 famílias acompanhadas em PAIF e SCFV.
- CREAS: 1.057 atendimentos a violações de direitos.
- Benefícios eventuais (cestas básicas, auxílio funeral, aluguel social): atendimento a centenas de famílias vulneráveis.
- Programas Criança Feliz, Incluir, SEADi, Centro POP, FAFE, acolhimentos institucionais e Centro Dia: atendimento ampliado, com ações integradas e formativas.

Indicadores consolidados:

| Equipamento/Serviço | Total de Atendimentos |
|---------------------|-----------------------|
|---------------------|-----------------------|



**MUNICIPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

| | |
|------------------------------------|---------|
| Cadastro Único | 118.451 |
| CRAS (3 unidades) | 7.749 |
| CREAS | 1.057 |
| Criança Feliz | 2.480 |
| Centro POP | 2.728 |
| Programa Incluir | 1.238 |
| Outros (SEADi, FAFE, acolhimentos) | +2.000 |

6.7 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMSA)

Com base no Relatório Anual DigiSUS, a SEMSA apresentou avanços em diversas áreas da saúde.

Síntese dos dados:

- População estimada: 124.656 habitantes.
- Produção SUS ampliada em atenção básica, ambulatorial, urgência, hospitalar, farmacêutica e vigilância.
- Causas principais de internação em 2024: aparelho respiratório (1.251), digestivo (1.051) e circulatório (840).
- Execução orçamentária demonstrando investimento contínuo na rede física, insumos e profissionais.
- Monitoramento de metas pactuadas do Plano de Saúde 2022-2025.
- Transparência nos indicadores financeiros, auditorias e relatórios RREO.



**MUNICIPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

6.8 - AÇÕES DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Secretaria de Comunicação Social dentro da prefeitura desempenha um papel estratégico na transparência, no relacionamento com a população e na divulgação das ações do governo municipal.

Suas principais funções incluem a assessoria de imprensa, com a produção e envio de releases para a mídia, atendimento a jornalistas, organização de entrevistas coletivas e exclusivas, além do monitoramento de notícias sobre a gestão.

Também é responsável pela gestão das redes sociais e do site oficial, garantindo a criação e publicação de conteúdos informativos e institucionais, interação com os cidadãos, divulgação de comunicados e campanhas, além de transmissões ao vivo de eventos importantes.

Principais ações concluídas no Exercício de 2024:

- Aproximadamente 409 demandas de imprensa;
- Acompanhamento de secretários e outras fontes em aproximadamente 50 entrevistas para TV, rádio, impressos e online.
- 600 postagens de notícias no site oficial da PMG
- Elaboração de aproximadamente 600 releases para imprensa
- Elaboração de aproximadamente 50 roteiros para produção de vídeos institucionais para veiculação em TV e mídias online
- Aproximadamente 900 postagens e acompanhamento de demandas em redes sociais (Instagram, Facebook, Twitter, WhatsApp)
- Elaboração de aproximadamente 1000 artes gráficas publicitárias envolvendo cards para redes sociais, comunicados, lonas para eventos, panfletos, cartazes, adesivos para fachadas/portas, placas de obras, inaugurações.
- Elaboração de campanhas sobre trânsito, fiscalização, meio ambiente, saúde (vacinação), setac, entre outros.



**MUNICIPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

- Aproximadamente 50 eventos (ordens de serviço, inaugurações, reuniões, entre outros).

Além das ações enumeradas, a Secretaria de Comunicação auxiliou em todos os eventos das demais secretarias municipais com planejamento, divulgação e infraestrutura.

6.9 - AÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO D RECURSOS HUMANOS – SEMAD

A Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Recursos Humanos tem como planejar, coordenar e executar os sistemas de administração quanto: à modernização da estrutura organizacional e dos métodos de trabalho, viabilizar internamente a execução das políticas de informática na área de Tecnologia da Informação, ao uso de bens e equipamentos; à padronização, aquisição, guarda, distribuição e controle do material permanente e de consumo; ao tombamento, registro, inventário, proteção e conservação dos bens móveis e imóveis; às comunicações administrativas, arquivo, documentação e telefonia; à manutenção do transporte oficial; ao desenvolvimento e aperfeiçoamento dos recursos humanos; ao recrutamento, seleção, treinamento, pagamento; e ao controle funcional e financeiro dos servidores Municipais, de modo a garantir a prestação dos serviços administrativos da Municipalidade para a implementação das atividades-fim.

6.9.1 Ações realizadas em 2024 – Leis

- I. **Lei nº. 4940/2024** - Dispõe sobre o Reajuste da Tabela de Vencimentos para os Profissionais da Educação Municipal e dá outras providências;
- II. **Lei nº. 4989/2024** - Autoriza a Revisão Geral Anual dos Vencimentos dos Servidores Públicos do Poder Executivo e dos Subsídios dos Agentes Políticos do Poder Executivo, conforme artigos 37, X, e 39, § 4º, da Constituição Federal, e artigo 48, § 2º, da Lei Orgânica do Município de Guarapari; e dá outras providências;



**MUNICIPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

- III. **Lei nº. 4949/2024** - Altera dispositivo da Lei Nº. 4684/2022, atualizando Valores dos Vencimentos dos Agentes de Atendimento em Saúde B, e dá outras providências;
- IV. **Lei nº. 5.031/2024** - Dispõe sobre a Reserva de vagas nos Concursos Públicos e Seleções Simplificadas no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, e dá outras providências;
- V. **Lei nº. 4950/2024** - Reorganiza o Sistema Municipal de Defesa do Consumidor de Guarapari (SMDCG); revoga as Leis Municipais Nº 2.848/2008, 3.265/2011 e 3.654/2013; altera a Lei Nº 3.886/2014; e dá outras providências;
- VI. **Lei nº. 5.023/2024** - Dispõe sobre autorização para contratação por tempo determinado no âmbito da Secretaria Municipal da Educação;
- VII. **Lei nº. 5.022/2024** - Dispõe sobre autorização para contratação de pessoal no âmbito da Secretaria Municipal da Educação de Guarapari;
- VIII. **Lei nº. 4963/2024** - Altera dispositivo da Lei Ordinária Nº. 4840/2023 e dá outras providências;
- IX. **Lei nº. 4992/2024** - Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2025 e dá outras providências;
- X. **Lei nº. 5.030/2024** - Estima a receita e fixa a despesa do Município de Guarapari, Estado do Espírito Santo, para o Exercício Financeiro de 2025 e dá outras providências.

6.9.2 Ações realizadas em 2024 – Decretos

- I. **Decreto nº. 018/2024** - Reajusta valor da cota do salário família aos servidores;



**MUNICIPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

- II. Decreto nº. 042/2024** - Estabelece a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso da administração municipal para o exercício de 2024;
- III. Decreto nº. 050/2024** - Dispõe sobre resultado de avaliação de estágio probatório;
- IV. Decreto nº. 085/2024** - Dispõe sobre a Homologação do Concurso de Remoção e de Localização de Profissionais Excedentes MAPA, MAPB e MAPP da Rede Municipal de Ensino de Guarapari;
- V. Decretos nºs. 093, 94 E 95 /2024** - Dispõe sobre resultado de avaliação de progressão por desempenho dos servidores públicos da Secretaria Municipal da Educação do Município de Guarapari em cumprimento ao art. 7º e 8º do Decreto nº 715/2011;
- VI. Decreto nº. 117/2024** - Estabelece medidas de redução e controle das despesas de pessoal, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo e dá outras providências;
- VII. Decreto nº 135/2024** - Dispõe sobre atualização de nomeação dos membros do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR;
- VIII. Decreto nº. 167/2024** - Dispõe sobre suspensão de pagamento a membro das Comissões em Atendimento ao Decreto 117/20024;
- IX. Decreto nº. 172/2024** - Institui o componente municipal de auditoria do Sistema Único de Saúde no âmbito do Município de Guarapari.;
- X. Decreto nº. 260/2024** - Dispõe sobre resultado de Avaliação de Estágio Probatório;
- XI. Decreto nº. 318/2024** - Dispõe sobre a nomeação de membros para compor a Comissão Permanente de Contratação - CPC do Município de



**MUNICIPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

Guarapari e dá outras providências;

- XII. Decreto nº. 241/2024** - Dispõe sobre regulamentação dos Artigos 10, 11 e 33 parágrafo único da Lei Municipal 4.684/2022, que Institui o Plano de Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos da Secretaria de Saúde;
- XIII. Decreto nº. 240/2024** - Dispõe sobre regulamentação dos artigos 10, 11 e 22 Parágrafo Único da Lei Municipal 4685/2022, que dispõe sobre o plano de cargos e vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Guarapari;
- XIV. Decreto nº. 242/2024** - Dispõe sobre regulamentação dos artigos 10, 11 e 17 parágrafo único da Lei Municipal nº 4.686/2022, Que Dispõe sobre o Plano de Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos da Secretaria de Trabalho, Assistência e Cidadania - Município de Guarapari;
- XV. Decreto nº. 468/2024** - Constitui a Comissão Especial de Avaliação e Acompanhamento de Leilão de Bens Móveis Inservíveis e/ou Obsoletos Pertencentes Ao Patrimônio Público Municipal;
- XVI. Decreto nº 491/2024** - Regulamenta o art. 6º, da Lei Complementar municipal nº 151/2023, para dispor sobre readaptação e reabilitação funcional e dá outras providências;
- XVII. Decreto nº. 508/2024** - Regulamenta o Artigo 21 da Lei 4.684/2022, que trata de plantão extra a ser realizado no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde – SEMSA;
- XVIII. Decreto nº. 518/2024** - Dispõe sobre correção do valor do Benefício Auxílio Transporte, de que trata a Lei Municipal nº 2.826/2008;



**MUNICIPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

- XIX. Decreto nº. 533/2024** - Estabelece procedimentos e normas relativas ao encerramento do Exercício Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Contábil de 2024 e dá outras providências;
- XX. Decreto nº. 542/2024** - Institui a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar – COMPRAD do Município de Guarapari e dá outras providências;
- XXI. Decreto nº. 580/2024** - Dispõe sobre a nomeação de membros para compor a Comissão Permanente de Contratação - CPC do Município de Guarapari e dá outras providências;
- XXII. Decreto nº. 608/2024** - Dispõe sobre resultado de Avaliação de Estágio Probatório;
- XXIII. Decreto nº. 613/2024** - Dispõe sobre resultado de Avaliação de Estágio Probatório;
- XXIV. Decreto nº. 623/2024** - Dispõe sobre resultado de Avaliação de Estágio Probatório;
- XXV. Decreto nº. 635/2024** - Dispõe sobre resultado de Avaliação de Estágio Probatório;
- XXVI. Decreto nº. 650/2024**- Dispõe sobre a Homologação do Concurso de Remoção e Localização de Profissionais Excedentes MAPA, MAPB e MAPP da rede municipal de ensino de Guarapari;

6.9.3 Atividades comuns

Instrução de processos, lavratura de atos de nomeação, exoneração, instauração de procedimento administrativo disciplinar, aplicação penas disciplinares, direitos e vantagens de servidor, além da execução de folha de pagamento.



**MUNICIPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

Realização de leilão, inventário dos bens móveis e imóveis.

7 CONCLUSÃO

O presente Relatório de Gestão, elaborado nos termos da Instrução Normativa TCEES nº 068/2020, tem por finalidade apresentar, de forma clara e objetiva, os principais resultados alcançados pela Administração Pública Municipal de Guarapari durante o exercício financeiro de 2024, sob a responsabilidade do Exmo. Sr. Edson Figueiredo Magalhães, Prefeito à época.

Diante do exposto, encaminho as informações e dados consolidados.

Guarapari/ES, 28 de março de 2025

Rodrigo Lemos Borges Prefeito